

NEOENERGIA VALE DO ITAJAI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.452/0001-67 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

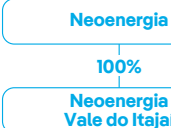
Apresentamos os resultados de 2025, a Neoenergia Vale do Itajai Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1.A NEOENERGIA VALE DO ITAJAI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Vale do Itajai Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela linha de Transmissão Joinville Sul - Itajai 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajai 2; pela Linha de Transmissão Itajai 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajai 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul - Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial - Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajai 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pálio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva.

A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 02 de outubro de 2023, começando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$278.071 mil (R\$21,729 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 22/03/2019.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	1.051.115	754.126
Custos		(813.832)	(768.229)
Custos de construção	4	(795.605)	(760.949)
Custos de serviços	5	(18.234)	(7.280)
Lucro bruto (Prejuízo)		237.276	(14.103)
Perda de crédito esperadas	9.1	(262)	(62)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(42)	(6.588)
Lucro (Prejuízo) operacional		237.276	(20.853)
Resultado financeiro	6	(135.770)	(138.137)
Receitas financeiras		6.028	6.308
Despesas financeiras		(14.139)	(144.687)
Resultados financeiros, líquidos		96.524	(158.690)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos		(32.614)	54.346
Tributos sobre o lucro	7.1	(32.614)	54.346
Diferido		63.910	(104.344)
Lucro (Prejuízo) do exercício		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	63.910	(104.344)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	63.910	(104.344)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.003.256	(558.206)	1.445.050	
Aumento de Capital	803.000	-	803.000	
Lucro do exercício	-	63.910	63.910	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.806.256	(494.296)	2.311.960	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.313.656	(453.862)	859.794	
Aumento de Capital	689.600	-	689.600	
Prejuízo do exercício	-	(104.344)	(104.344)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.003.256	(558.206)	1.445.050	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1.CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Vale do Itajai Transmissão de Energia S.A. ("Vale do Itajai" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade do Campinas, Estado do São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul - Itajai 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajai 2; pela Linha de Transmissão Itajai 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajai 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul - Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial - Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajai 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pálio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva.

A Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Paraná e Santa Catarina, compostas pela Linha de Transmissão Areia - Joinville Sul, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 292 km, com origem na Subestação Areia e término na Subestação Joinville Sul; pela Linha de Transmissão Joinville Sul - Itajai 2, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 82 km, com origem na Subestação Joinville Sul e término na Subestação Itajai 2; pela Linha de Transmissão Itajai 2 - Biguaçu, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 63 km, com origem na Subestação Itajai 2 e término na Subestação Biguaçu; pelo primeiro circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Itajai - Itajai 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Itajai e término na Subestação Itajai 2; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Rio do Sul - Indaial, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 51 km, com origem na Subestação Rio do Sul e término na Subestação Indaial; pelos primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Indaial - Gaspar 2, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 10 km, com origem na Subestação Indaial e término na Subestação Gaspar 2; Subestação Joinville Sul 525/230/138 kV, com três bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por dez unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Itajai 2 525/230/138 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, sendo uma unidade de reserva, e duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 225 MVA cada; pela Subestação Jaraguá do Sul 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pela Subestação Indaial 230/138 kV, 2 x 225 MVA; pelo pálio novo em 525 kV na Subestação Gaspar 2 525/230 kV, com dois bancos de transformação 525/230 kV de 672 MVA cada, formado por sete unidades monofásicas de 224 MVA cada, sendo uma unidade de reserva.

A Companhia apresentou prejuízo em 2024, assim como fluxo de caixa operacional negativo em 2025 e 2024. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1. Gestão de riscos: As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024 da Neoenergia S.A., compostas pelas Diretrizes de Gestão de Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão de Riscos Específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que atuam no setor de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém alinhamento. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Riscos financeiros e comerciais: As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas entre as limitações específicas para gerenciamento de risco: câmbio, risco de commodities, risco de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: "Todo instrumento financeiro que indexado à moeda estrangeira deve ter sua exposição cambial protegida (convertida para Real) por meio de operações de hedge"; "O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor"; "Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial"; "Avaliar o risco das dividas em moeda local se considerando necessário para mitigar o risco cambial para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dividas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações"; "A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados'. A estratégia da Companhia ao desenvolver através da visão integrada dos negócios de hedge deve considerar não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e o termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TLP, TLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outras). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as operações com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Risco de liquidez: O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos instrumentos financeiros, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, de modo a garantir a liquidez necessária para honrar os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos apli-

3. ATIVOS DE TRANSMISSÃO

3.1. Linhas de transmissão

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Ex-tensão (km)	Capacidade Transmissão (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 525 kV Areia - Joinville Sul	Simplex	525kV	282		30/08/2025	22/03/2049
LT 525 kV Joinville Sul - Itajai 2	Simplex	525kV	78		30/08/2025	22/03/2049
LT 525 kV Itajai 2 - Biguaçu	Simplex	525kV	65		28/07/2025	22/03/2049
LT's 230 kV Itajai - Itajai 2	Simplex	230kV	79	450	30/03/2025	22/03/2049
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial	Duplo	230kV	105		01/08/2023	22/03/2049
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	Duplo	230kV	104		01/08/2023	22/03/2049

3.2. Subestação

Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Joinville Sul	525/230/138 kV	2466	28/07/2025	22/03/2049
SE Itajai 2	525/230/138 kV	1794	30/03/2025	22/03/2049
SE Gaspar 2	525/230 kV	1344	12/08/2024	22/03/2049
SE Jaraguá do Sul	230/138 kV	500	31/03/2025	22/03/2049
SE Indaial	230/138 kV	500	17/11/2023	22/03/2049
SE 230kV Itajai	230kV	N/A	30/03/2025	22/03/2049
SE 230kV Rio do Sul	230kV	N/A	01/08/2023	22/03/2049
SE 525kV Areia	525kV	N/A	28/07/2025	22/03/2049
SE 525kV Biguaçu	525kV	N/A	28/07/2025	22/03/2049

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$278.071 mil (R\$21,729 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras			
Linha de Transmissão/Subestação	RAP (R\$ mil)	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 525 kV Areia - Joinville Sul			
LT 525 kV Joinville Sul - Itajai 2			
LT 525 kV Itajai 2 - Biguaçu			
LT's 230 kV Itajai - Itajai 2			
LT's 230 kV Rio do Sul - Indaial			
LT's 230 kV Indaial - Gaspar 2	278.071	Junho	IPCA
SE Joinville Sul			
SE Itajai 2			
SE Gaspar 2			
SE Jaraguá do Sul			
SE Indaial			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	63.910	(104.344)
Ajustado		
Depreciação e amortização	605	481
Tributos sobre o lucro	32.614	(54.346)
Resultado financeiro, líquido	135.770	138.137
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(9.518)	(5.043)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(1.044.123)	(767.090)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	(25.230)	(43.321)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(9.06)	627
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	108.401	74.207
Resgate de títulos e valores mobiliários	25.441	(12.873)
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	23.471	26.169
Outros ativos e passivos, líquidos	(689.365)	(747.395)
Caixa consumido nas operações	(689.365)	(747.395)
Encargos de dividas pagas	(77.352)	(58.265)
Rendimentos de aplicações financeiras	6.234	5.562
Caixa consumido nas atividades operacionais	(760.483)	(800.092)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.494)	(758)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	8.493	(11.070)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.999	405
Caixa gerado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	66.000	(38.283)
Resgate de principal dos empréstimos e financiamentos	(54.059)	(74.207)
Depósitos em garantias	1.879	(34.931)
Aumento de capital	803.000	689.600
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	816.820	616.386
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	63.536	(85.308)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.401	193.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.541	5.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura de seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12, **Risco de solvência**: O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **11.2. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou não performance de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco, a Companhia adota o gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Rating's de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA

11.3. Risco regulatório: Ambiente Regulatório: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e os direitos gerais e específicos dos clientes, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa chegar até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **11.4. Gestão de demais riscos associados: Casos fortuitos e de força maior:** Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves legais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Inadimplência Extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 estabeleceu a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.234	6.631
Tributos sobre receita financeira	(323)	(364)
Atualização de depósitos judiciais	116	3
Outras receitas financeiras	1	38
	6.028	6.308
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ^{a)}	(140.902)	(144.488)
IOF	(44)	(2)
Outras despesas financeiras	(448)	(197)
	(141.394)	(144.687)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - dívida	13	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1.018)	(912)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	603	1.154
Ganhos com variações cambiais e monetárias	(402)	242
	(135.770)	(138.137)

Resultado financeiro, líquido

^{a)} Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e são calculados considerando as diferenças de alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	96.524	(158.690)
Tributos sobre o lucro antes das alíquotas da legislação - 34%	(32.818)	53.955
Atualização SELIC inadêbitos tributários	204	391
Tributos sobre o lucro	(32.614)	54.346
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferença	(32.614)	54.346

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (Inclui base negativa)	174.484	115.670
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	210	358
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	79.865	171.610
Outros	1.266	801
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	255.825	288.439
Ativo não circulante	255.825	288.439

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	288.439	234.093
Efeitos reconhecidos no balanço e resultado	(288.439)	234.093
Saldo final do exercício	255.825	288.439

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da proporção das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada da seguinte forma:

	Entre 2030 e 2034	Entre 2033 e 2037	2040 em diante	Total
Ativo fiscal diferido, líquidos	27.682	118.224	109.919	255.825

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda - IR	1.529	9.978
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	14	647
Ativo	1.543	10.625
Circulante	901	9.982
Não circulante	642	643

7.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômico, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem gerar surpresas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a reconhecer:**

	2025	2024
Outros tributos indiretos ^{a)}	357.494	260.407
Outros	3.648	4.111
Outros tributos a reconhecer	361.142	264.518
Prestação e Desenvolvimento - P&D	434	434
Conta de desenvolvimento energético - CDE	175	77
Outros	621	198
Encargos Setoriais	361.763	264.716
Total outros tributos a reconhecer	425.514	265.009
Circulante	425.514	265.009
Não circulante	356.910	260.009

^{a)} Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva do CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	8.916	3.009
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	59.392	1.913
Fundos de investimento	233	283
	68.541	5.205

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com base no custo médio ponderado, é apresentada na seguinte aplicação financeira, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	233	283
	233	283

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico correlacionados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações de garantia e são garantidos por recursos prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(76)	(14)
Adições	(262)	(101)
Reversões	(339)	39
Saldo final do exercício	(776)	(7425)
Concessionárias	17.282	(638)
Perdas de crédito esperadas	(638)	16.944
Contas a receber, líquido	16.944	7.501
Circulante	17.282	(338)
Perdas de crédito esperadas	(338)	16.944
Contas a receber, líquido	16.944	7.425

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Receber	15.933	7.293
Perdas de crédito esperadas	(56)	(25)
Saldos vencidos:		
Entre 1 e 90 dias	438	(88)
Entre 91 e 180 dias	193	(77)
Entre 181 e 360 dias	223	9
Acima de 360 dias	(80)	(37)
	17.282	(338)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(76)	(14)
Adições	(262)	(101)
Reversões	(339)	39
Saldo final do exercício	(776)	(7425)
9.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16). (i) são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.		

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfa-

NEOENERGIA VALE DO ITAJAÍ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

ção de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	2.809.246	2.017.012
Construção de infraestrutura da concessão	820.356	580.224
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(109.468)	(52.963)
Remuneração do ativo contratual	333.255	444.973
Saldo final do exercício	3.853.359	2.809.246
Circulante	275.243	177.254
Não circulante	3.578.126	2.631.992

10.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrações entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como ativos de longo prazo, pois os investimentos não são imediatamente consumidos, mas sim subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativo à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens de longo prazo e como indenização dos investimentos do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **10.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, (ii) a taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente, e (iii) probabilidade de recuperação da indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em contrato efetiva no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revista sempre que a Administração obten informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	26.183	50.998
Total	26.183	50.998

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Agência de fomento	1.390.559	1.313.189
Empréstimos e financiamentos^{a)}	1.390.559	1.313.189
(-) Custos e despesas com juros (nota 8)	(640.000)	(5.205)
(-) Títulos e valores mobiliários	(3.390)	(10.509)
Dívida líquida	1.318.628	1.297.475

(i) No balanço patrimonial da Companhia apresentamos os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

12.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"), **Saldos dos contratos por moeda**

	2025	2024
Denominados em R\$	1.447.922	1.374.932
Indexados a taxas flutuantes	1.447.922	1.374.932
(-) Depósitos em garantia	(33.050)	(34.931)
(-) Custos de transação	(24.320)	(26.812)
	1.390.559	1.313.189
Circulante	1.390.559	1.313.189
Não circulante	1.331.028	1.260.018

a) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ^(a)	Juros ^(b)	Total
2026	60.021	80.746	140.541
2027	63.555	80.746	144.301
2028	66.964	80.711	147.175
2029	70.612	78.490	149.102
2030	74.491	77.766	152.257
Entre 2031 e 2035	440.824	357.497	798.321
Entre 2036 e 2040	588.975	859.031	1.448.006
2041 em diante	80.713	112.556	914.269
Total	2.167.055	1.137.951	3.305.006

^{a)} O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 11,95 anos (13,5 anos em 31 de dezembro de 2024). **b) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:**

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	1.313.189	1.300.180
Efeito no fluxo caixa:		
Capitais	64.000	(33.725)
Amortizações de principal	(54.059)	(38.283)
Pagamentos de encargos de dívida	(77.352)	(58.265)
Aplicação (resgate) depósito em garantia	1.879	(34.931)

Efeito não caixa:

Encargos incorridos	140.902	144.488
Saldo final do exercício	1.390.559	1.313.189

a) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *Covenants*. O *Covenant* da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) acima ou igual ao limite contratual 1,3. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia identificou o não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Este evento não enseja no vencimento antecipado desta e outras dívidas/obrigações da Companhia, incluindo o vencimento antecipado cruzado, restringindo a não realização, sem prévia anuência do credor, da distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente, ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido ajustado e demandando a realização do incremento da conta reserva de serviço da dívida, passando de 03 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida, para 06 (seis) vezes, a ser efetuado de acordo com os termos e prazos previstos no contrato, subsequente ao envio das informações para o credor. Este evento não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia e a Administração continua monitorando este indicador. A Companhia possui *Covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *Covenants* financeiros. Não foram identificados descumprimentos de *Covenants* não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. **d) Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo justo valor, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais cíveis	245.659	203.828
Provisão para obrigações ambientais ^{a)}	6.249	3.382
	251.908	213.210
Não circulante	251.908	213.210

(i) Referir-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões Cíveis	Provisões Trabalhistas	Total
Adições em 31 de dezembro de 2024	203.828	-	203.828
Saldos e reversões, líquido	8.066	-	8.075
Atualizações monetárias	33.158	-	33.158
Saldos em 31 de dezembro de 2025	245.649	10	245.659
Saldos em 31 de dezembro de 2023	178.588	-	178.588
Adições e reversões, líquido	666	-	666
Atualizações monetárias	24.574	-	24.574
Saldos em 31 de dezembro de 2024	203.828	-	203.828

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	401.906	3.252
Processos trabalhistas (ii)	4.948	368
Processos fiscais (iii)	42	38
	406.896	3.658

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) *Processos cíveis:* Referem-se a ações relacionadas a indenizações por danos materiais. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) *Processos trabalhistas:* Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequilíbrio salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR). (iii) *Processos fiscais:* Referem-se a ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	177.550	161.059
Processos fiscais	53	42
	177.613	161.108

13.2. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política**